

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.388 - SP (2018/0304513-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **DAIANE CRISTINA DA SILVA**
ADVOGADO : **MARIO JOSE PIMENTA JUNIOR - SP279360**
AGRAVANTE : **VICTOR BIAGIO MAGALHAES DELL AGLI**
ADVOGADOS : **CARLOS ROGÉRIO LOPES THEODORO - SP156052**
: **GILBERTO LOPES THEODORO E OUTRO(S) - SP139970**
AGRAVADO : **OS MESMOS**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial, interposto contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o recurso especial.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido em virtude da ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido em razão da incidência da Súmula 518/STJ, no que tange à suposta ofensa à Súmula, por não ter sido demonstrada a alegada violação ao artigo 950 do Código Civil, e ainda, ao decidir da forma impugnada, o Tribunal de origem o fez observando as provas e circunstâncias fáticas do caso concreto, o reexame destas conclusões esbarra no óbice sumular nº 7/STJ.

Nas razões do agravo em recurso especial (e-STJ, fl. 445-452), verifica-se que a parte agravante não demonstrou a inadequação dos fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial, deixando de impugnar de forma específica os referido óbices.

Limitou-se, entretanto, a tecer alegações meramente genéricas, acerca do

desconto do valor da pensão do valor recebido do INSS a título de auxílio doença, abstendo-se, assim, de impugnar, de forma específica e suficiente, os referidos fundamentos no caso concreto, conforme se extrai da argumentação do referido agravo:

"No caso em tela, o Recurso especial o qual se negou seu seguimento contesta o acórdão Recorrido, tão somente na Parte a qual os Desembargadores deram provimento para que fosse descontado o valor a título de pensão do valor recebido do INSS a título de Auxílio-doença recebido do INSS, não obstante, conforme consta do julgado acima [...] Além do mais frontalmente a lei federal, LEI No 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. CC. em seus artigos 186, 927 e 950, ao querer transferir a obrigação de pensão por ato ilícito para a UNIÃO (INSS) a obrigação de pagar a pensão." (e-STJ, fls. 451/452).

Saliente-se, nesse passo, que alegações genéricas são insuficientes para a efetiva impugnação da decisão que inadmitiu o recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015 (ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC/1973).

1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (arts. 932, III, do CPC/2015 e 544, § 4º, inciso I, do CPC/1973).

2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 906.849/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 16/09/2016) - g.n.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC. 2. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Cabe ao agravante, nas razões do agravo, trazer argumentos suficientes para contestar a decisão de inadmissibilidade do recurso especial proferida pelo Tribunal de origem. A ausência de impugnação de todos os

fundamentos da decisão agravada enseja o não conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, do CPC.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 821.544/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 06/06/2016) - g.n.

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, o não conhecimento do presente recurso é medida que se impõe.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciado administrativo nº 7/STJ), arbitro os honorários recursais em R\$ 100,00 (cem reais), a serem suportados exclusivamente pela parte recorrente, em acréscimo àqueles da sucumbência do caso, nos termos do § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, ressalvada a eventual concessão do benefício da gratuidade de justiça.

Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator